

Senhores Acionistas
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.
São Paulo, 28 de março de 2014

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL Levantado em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Nota Explicativa	2013		2012	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		15.269		11.495
Títulos e valores mobiliários		2.665		4.745
Contas a receber	4	11.330		15.844
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	7	1.919		319
Impostos a recuperar		3.296		2.111
Outros créditos		28		30
Total dos ativos circulantes		<u>34.507</u>		<u>34.544</u>
Não Circulante				
Partes relacionadas	7	13.215		16.465
Outros créditos		857		247
Investimentos	5	1.400.602		1.294.495
Imobilizado		17.443		8.012
Intangível		7.368		8.399
Total do ativo não circulante		<u>1.439.485</u>		<u>1.327.618</u>
Total do Ativo		<u>1.473.992</u>		<u>1.362.162</u>

Nota Explicativa	2013		2012	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				
Fornecedores e contas a pagar		24.836		27.165
Debêntures	6	54.047		49.877
Partes relacionadas	7	21.650		9.863
Outras contas a pagar		1.244		1.121
Total dos passivos circulantes		<u>101.787</u>		<u>88.026</u>
Não Circulante				
Debêntures	6	516.824		548.760
Outras obrigações		47		29
Total dos passivos não circulantes		<u>516.871</u>		<u>548.789</u>
Patrimônio Líquido				
Capital social	8	1.194.614		1.114.614
Reservas de lucros	8	93.326		103.963
Ajustes de avaliação patrimonial		(203.752)		(264.376)
Total do patrimônio líquido		<u>1.084.188</u>		<u>954.201</u>
Adiantamento aos acionistas para reestruturação societária		(228.854)		(228.854)
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		<u>855.334</u>		<u>725.347</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>1.473.992</u>		<u>1.362.162</u>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Adiantamento aos Acionistas para Reestruturação Societária	
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			Total	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (Reapresentado)	931.764	87.101	17.599	(236.177)	800.287	800.287	800.287
Aumento de capital	182.850	-	-	-	182.850	182.850	182.850
Adiantamento aos acionista para reestruturação societária	-	-	-	-	(228.854)	(228.854)	(228.854)
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	345	345	345
Dividendos pagos	-	-	(17.599)	-	(17.599)	(17.599)	(17.599)
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	(28.199)	337.256	309.057	309.057
Destinações:							
Reserva legal	-	16.862	-	-	(16.862)	-	-
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	(56.050)	(56.050)	(56.050)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	(264.689)	(264.689)	(264.689)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (Reapresentado)	1.114.614	103.963	-	(264.376)	954.201	(228.854)	725.347
Aumento de capital	80.000	(80.000)	-	-	-	-	-
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	379	379	379
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	60.624	235.279	295.903	295.903
Destinações:							
Reserva legal	-	11.783	-	-	(11.783)	-	-
Reserva de lucros	-	-	57.580	-	(57.580)	-	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(166.295)	(166.295)	(166.295)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.194.614	35.746	57.580	(203.752)	1.084.188	(228.854)	855.334

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. ("Companhia") tem por objetivo a participação no capital de companhias cuja finalidade seja a implantação e operação de sistemas de infraestrutura de transportes e energia, a prestação de serviços de assessoria, planejamento e consultoria nas companhias nas quais participa e a execução de construção e obras de engenharia por meio de consórcios. Adicionalmente, as principais atividades da Companhia contemplam sua participação direta na controlada Concessionária do Estacionamento de Congonhas S.A. e na controlada em conjunto CCR S.A., e sua participação direta e indireta, por meio de sua subsidiária Camargo Corrêa Energia S.A., na VBC Energia S.A. e na ESC Energia S.A., holdings que participam indiretamente do controle da CPFL Energia S.A. Adicionalmente, a Companhia detém 32,667% do COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, cujo objetivo é a operação da Rodovia Presidente Dutra - BR 116/RJ/SP, mediante contrato com a Concessionária Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2013, os acionistas da New A-Port Congonhas S.A., aprovaram a incorporação total do acervo líquido da sociedade no valor de R\$ 29.790 pela Companhia, com base no balanço de 28 de maio de 2013.

28/05/2013

Ativo não circulante	29.798
Investimentos	29.798
Passivo circulante	8
Fornecedores	8
Provisões	4
Acervo líquido incorporado	29.790

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

3.1. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação no consórcio.

3.2. Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Os efeitos das mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle, são registrados como transações de capital no patrimônio.

Quando a Companhia perde o controle de uma investida, o ganho ou a perda na alienação, registrado no resultado, é apurado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual, e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras.

3.3. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das controladas. A Companhia reconhece integralmente os prejuízos de uma controlada.

3.4. Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures") e em coligadas

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais, relacionadas às atividades da "joint venture", requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento em conjunto ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela do Grupo em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, o Grupo deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se o Grupo tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a avaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma IAS 36), através da comparação de seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido para vender) em relação ao seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é diminuída do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a norma IAS 36 e o pronunciamento técnico CPC 01(R1) à medida que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa do Grupo realiza uma transação com uma investida, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionada ao Grupo.

3.5. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida quando da prestação de serviços e mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos e provisões e/ou modificações concedidos ao comprador.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes
A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciem a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

3.7. Lucro por ação

Calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.8. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis e com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver.

Ativos intangíveis e ágio com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma obrigação sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de

ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: a vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e perdas relacionadas a contas a receber.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.13. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

Ativos financeiros

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis: representam contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

(iv) Ativos financeiros "disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Outros passivos financeiros: incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.14. Demonstrações financeiras individuais separadas

A Companhia elaborou demonstrações financeiras individuais separadas, como permitido pelo CPC 35 (R1) - Demonstrações Separadas, pois (a) a Companhia é uma subsidiária integral, sendo que o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora final irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC.

3.15. IFRSs novas e revisadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção de tais IFRSs novas e revisadas não tiveram efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os períodos/exercícios correntes e anteriores.

CPC	IFRS/IAS	Descrição
	IAS 1	Modificações a norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente.
	IFRS 7	Modificações a norma - divulgação - compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.
CPC 36 (R3)	IFRS 10	(revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. (revisada em 2011) - Negócios em Conjunto Demonstrações Financeiras Separadas.
CPC 19 (R2)	IFRS 11	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 45	IFRS 12	Mensuração do Valor Justo
CPC 46	IFRS 13	(revisada em 2011) - Benefícios a Empregados.
CPC 33 (R1)	IAS 19	(revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas.
CPC 35 (R2)	IAS 27	(revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures".
CPC 18 (R2)	IAS 28	IFRIC 2 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.
	IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
	IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
	IFRS 9	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos.

3.17. Apresentação das informações contábeis de 2012 pela controlada indireta CPFL Energia S.A.

(a) A controlada em conjunto CPFL Energia S.A. ("CPFL") adotou os Pronunciamentos Técnicos CPC 33 (R1)/IAS 19 (R1) - Benefícios a Empregados. Uma vez que a adoção deste pronunciamento é uma mudança de prática, a qual deve ser aplicada retrospectivamente conforme CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a CPFL e suas controladas representaram, para fins de comparação, os saldos de 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa representação no

5. INVESTIMENTOS

5.1. Participações em controladas

Participação direta - %	Participação direta - %		Patrimônio líquido da investida	
	2013	2012	2013	2012
Camargo Corrêa Energia S.A. (d)	99,99	99,99	683.213	612.348
CCR S.A.	15,24	15,24	3.436.018	3.308.876
VBC Energia S.A.	1			

→ * continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ajustes para conciliar o lucro líquido - CCR S.A.

	2013	2012
Lucro líquido das operações continuadas	1.367.884	1.192.373
Lucro líquido atribuível a acionistas não controladores	(16.893)	(15.089)
Lucro líquido das operações continuadas	1.350.991	1.177.284

6. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos decorrentes de colocação de debêntures obtidos pela Companhia são como segue:

Descrição	Encargos	Vencimento	2013	2012
1ª série (a)	113% do CDI	12 de agosto de 2020	338.147	335.080
2ª série (a)	116% do CDI	12 de agosto de 2020	236.463	267.860
Custos de transação a amortizar			(3.739)	(4.303)
Total			570.871	598.637
Classificado no circulante			54.047	49.877
Classificado no não circulante			516.824	548.760

(a) Refere-se à emissão, em 12 de agosto de 2010, de 650 debêntures simples, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$1.000.

Os juros são pagos anualmente, a partir da data de emissão até o vencimento final. O principal da primeira série será liquidado em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, e o da segunda série em dez parcelas anuais, iguais e sucessivas.

As debêntures estão garantidas por avais da controladora Camargo Corrêa S.A. e as condições e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

O vencimento dos valores não correntes é como segue:

2015	86.101
2016	86.101
2017	86.101
2018	86.101
2019	86.101
Após 2020	86.319
Total	516.824

7. PARTES RELACIONADAS

	2013	2012
Ativo circulante:		
Dividendos a receber de investidas	1.919	319
Ativo não circulante:		
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. (a)	12.495	12.495
CCR S.A. (e)	720	720
New A-Port Congonhas S.A.	-	3.250
Total	13.215	16.465
Passivo circulante:		
Camargo Corrêa Energia S.A.	6.607	6.607
Camargo Corrêa S.A.	-	2.345
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (d)	15.053	911
Total do passivo circulante	21.660	9.863
Demonstração de resultado:		
Receita		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	86.121	91.159
Concessionário do Estacionamento de Congonhas S.A. (c)	565	-
Total	86.686	91.159

(a) Refere-se ao saldo a receber pela venda da totalidade da participação detida na então controlada em conjunto Logum Logística S.A..

(b) Refere-se a receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação do consórcio na Rodovia Presidente Dutra.

(c) Refere-se a receita de prestação de serviços de consultoria e apoio técnico.

(d) Refere-se substancialmente a estudo e elaboração de proposta para obras civis de UHE Jirau.

(e) Refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.058.326.178 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2012, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$182.849, com emissão de 196.823.897 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$0,929 por ação, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, exclusivamente por sua acionista Camargo Corrêa S.A.

Em 29 de maio de 2013, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$80.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva legal.

Reserva legal

Representa 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite estabelecido em lei.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

9. RECEITA

	2013	2012
Receita dos serviços prestados	86.686	98.470
Impostos incidentes sobre vendas:		
PIS	(1.088)	(1.305)
COFINS	(5.011)	(6.006)
Outros	(29)	-
Receita líquida de vendas	80.558	91.159

10. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2013	2012
Despesas com salários e encargos	(20.804)	(20.018)
Serviços de terceiros	(34.066)	(19.822)
Materiais	(6.375)	(4.678)
Depreciação e amortização	(1.192)	(1.201)
Outros	(48)	(4.103)
Total	(62.485)	(49.822)
Custo do serviço prestado	(45.770)	(41.941)
Despesas gerais e administrativas	(16.715)	(7.881)
Total	(62.485)	(49.822)

11. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)

	2013	2012
Ganho na venda de participação acionária (*)	-	111.535
Outras receitas	8	-
Total	8	111.535

(*) Em 10 de dezembro de 2012, a Companhia alienou a totalidade da participação que detinha na coligada Energia Sustentável do Brasil S.A., pelo montante de R\$517.773, registrando um lucro na operação de R\$109.221. Na data da venda, o valor contábil era de R\$408.552.

12. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(53.348)	(60.183)
Despesas financeiras COPER	(15.970)	(14.682)
Variações monetárias	(29)	(29.021)
Variações cambiais	-	(1)
Outros	(145)	(484)
Total	(69.492)	(104.371)
Receitas financeiras:		
Juros sobre títulos e valores mobiliários	1.778	1.559
Outras	141	581
Total	1.919	2.140
Resultado financeiro	(67.573)	(102.231)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são compostos como segue:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.279	337.256
Alíquota (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(79.995)	(114.667)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Equivalência patrimonial	96.822	97.449
Juros sobre o capital próprio	-	19.057
Adições permanentes, líquidas	457	375
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	17.284	2.214

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais de R\$149.127 (R\$116.435 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social de R\$149.562 (R\$116.869 em 31 de dezembro de 2012), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza de lucros tributários futuros.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("MP 627/13") que, entre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRSs); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e

aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, visto que à luz da atual redação da MP 627/13, em análise inicial estes não são relevantes.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender a suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras e debêntures.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Exposição a risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na sua maioria, vinculadas à variação do CDI e expostas a taxas de juros flutuantes, demonstradas a seguir:

	2013	2012
Ativo:		
SELIC	2.930	1.680
CDI	14.925	11.391
Passivo:		
CDI	570.870	598.637

14.1. Categorias de instrumentos financeiros

	2013	2012
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado:		
Equivalentes de caixa	9.600	7.422
Títulos e valores mobiliários	2.665	4.650
Mensurados ao valor justo:		
Equivalentes de caixa	5.669	4.073
Títulos e valores mobiliários	-	95
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber	29.726	34.239
Outras contas a receber	28	30

Passivos financeiros

Mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	43.231	45.560
Debêntures	570.870	598.637
Outras obrigações	1.291	1.150

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, para receitas e despesas anuais expostas a variações do CDI, é conforme segue:

Operação	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição a índices variáveis:				
Receitas financeiras -				
CDI	Decréscimo do índice	1.567	1.175	784
SELIC	Decréscimo do índice	314	235	157
Despesas financeiras -				
CDI	Decréscimo do índice	59.941	74.927	89.912

O cenário 1 é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo determinado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações mencionadas, tendo em conta até 12 meses de vencimento. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices, em relação ao cenário 1, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Previdência privada

A Companhia possui plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, e em 2012, a Companhia contribuiu com R\$39.

b) Outros benefícios a empregados

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte e treinamentos, entre outros.

16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

	2013	2012
Transações que não envolveram caixa:		
Investimento com adiantamento para futuro aumento de capital	-	182.850
Aumento de capital mediante capitalização de reserva de lucros	80.000	-
Acervo líquido incorporado da New A-Port Congonhas S.A.	29.790	-
Dividendos a pagar compensados com créditos de dividendos a receber	-	458.640
Total	109.790	641.490

17. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2013, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia

em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo feita como informação suplementar por não ser requerida pelas práticas contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador

CRC nº 1 SP 109447/O-6